

ECONOMIA

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

De janeiro a junho, desembolso do governo com juros foi de R\$ 81,6 bilhões, o maior medido pelo BC para o período. Dívida em relação ao PIB, no entanto, caiu para 50,3%, nível mais baixo desde abril de 2001

Despesa recorde no semestre

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo pagou R\$ 81,6 bilhões — 8,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país — em juros da dívida pública nos primeiros seis meses do ano, recorde histórico para o período. Somente no mês passado, os desembolsos totalizaram R\$ 17,4 bilhões, valor sem precedentes para os meses de junho desde 1991, quando o Banco Central passou a fazer esse tipo de levantamento. Perante maio, as despesas com juros foram 143% maiores. Independentemente desses gastos, o BC deu uma boa notícia para os investidores.

A relação entre a dívida pública e o PIB, indicador que mede a capacidade do país de honrar seus compromissos, caiu para 50,3%, o nível mais baixo desde abril de 2001 (49,9%), período em que o Brasil mergulhou em sucessivas crises, que começou com o apagão e culminou com a possibilidade de o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva chegar à Presidência da República. A forte subida dos juros e a disparada dos preços do dólar levaram a dívida a representar 64% do PIB.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a queda na relação entre a dívida e PIB está sendo possível devido aos consecutivos superávits primários, economia que o governo faz todos os meses para pagar juros. Em junho, o consolidado das contas públicas apresentou saldo positivo de R\$ 10,4 bilhões, o melhor da série do BC para o período. No semestre, o superávit primário alcançou R\$ 57,1 bilhões, o correspondente a 5,77% do PIB, apesar de toda a gastança do Palácio do Planalto para viabilizar a reeleição do presidente Lula.

Nos 12 meses terminados em junho, o superávit somou R\$ 90,7 bilhões, o equivalente a 4,51% do PIB, resultado acima da meta de 4,25% prevista para todo o ano. Essa economia maior de recursos para pagar os juros da dívida, foi possível graças ao significativo aumento da arrecadação de impostos. “Apesar das desconfianças do mercado, o governo está conseguindo manter o superávit acima da meta, sobretudo pelo excelente resultado das empresas estatais e pela contribuição de estados e municípios, mais comportados em seus gastos, a despeito de este ser um ano eleitoral. Mas não

Zuleika de Souza/CB/24.6.05



ALTAMIR LOPES, DO BC: QUEDA NA RELAÇÃO DÍVIDA/PIB DEVE-SE AOS CONSECUTIVOS SUPERÁVITS PRIMÁRIOS

dá para garantir que isso continuará acontecendo nos próximos meses”, afirmou a economista Ana Paula Rocha, especialista em contas públicas do Banco Real ABN Amro.

Transtorno

Ciente da insegurança do mercado em relação ao superávit, Altamir Lopes disse que não será nenhum transtorno se, em algum momento, o superávit acumula-

do em 12 meses for menor do que 4,25% do PIB. Em 2002, também um ano de eleições, o resultado ficou abaixo da meta por sete meses seguidos. Mas, no final do período, o superávit superou o valor

prometido pelo governo. “O que importa é que, no final do ano, a meta será cumprida”, assinalou. Ele ressaltou ainda que não vê espaço para que o superávit caia abaixo dos 4,25%, diante da folga que se acumulou nos primeiros seis meses do ano. “Essa folga será suficiente para acomodar os gastos maiores do segundo semestre, especialmente em dezembro — quando é pago parte das férias e do 13º salário do funcionalismo público”, destacou.

O economista do BC também chamou a atenção para a trajetória de queda das taxas de juros, cujo impacto será bastante favorável para a dívida. Pelos seus cálculos, o corte de cinco pontos percentuais da Selic desde setembro do ano passado permitirá ao governo uma economia de R\$ 27 bilhões nos próximos 12 meses. “O mais importante, porém, é que a redução da Selic derrubará em 1,35 ponto percentual a relação entre a dívida e o PIB. Ou seja, em 2007, veremos essa relação abaixo de 49%”, frisou. Ele disse mais: “Não será surpresa se, já nos próximos meses, a dívida representar menos de 50% do PIB”. No cenário traçado pelo mercado, os juros médios acumulados em 12 meses cairão de 17,8%, em junho, para 15,3% em dezembro.